

**OUTROS PROCEDIMENTOS DE INTERESSE DO MPF NA PAUTA DA 16ª SO/2023 DO  
CNMP**

ITEM / PROCESSO

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04  
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163  
Requerido: Ministério Público da União  
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
[Petição inicial](#)
- 49) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Embargados: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
[Embargos de Declaração](#)
- 51) Pedido de Providências nº 1.00772/2022-73  
Requerente: Alfredo Moreira Salgado  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Alegação de descumprimento de lei federal que regulamenta a profissão de estatístico. Exercício de chefia de setores por parte de servidores que não possuem bacharelado na área, nem registro no conselho profissional.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
[Petição inicial](#)
- 90) Pedido de Providências nº 1.00814/2023-39  
Requerente: Bahia Terminais S/A  
Advogados: Adriano Figueiredo de Souza Gomes – OAB/BA nº 32.385; Daniel Farias Cavalcante Martins – OAB/BA nº 66.302  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Determinação para que o 16º Ofício de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado da Bahia se abstenha de expedir ofícios, recomendações e expedientes assemelhados, que guardem relação com a implantação do Terminal Portuário de Múltiplo Uso (TMULT), no Município



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**MPF**  
Ministério Público Federal

de Candeias/BA. Decisão judicial exarada no bojo do Agravo de Instrumento nº 1009403-73.2021.4.01.0000.

Relator:

Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

[Petição inicial](#)